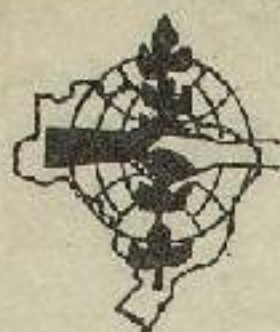


2 JUN 1993



JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

15 ANOS DE LUTA

ANO XII

Nº 21

Abril de 1993

Órgão Informativo do SERPAJ/Brasil

ENTRADA	Nº
DERIVADO:	CÓPIA
PARA DERIVAR	
SALIDA:	CENTRO:



EDITORIAL

O que aconteceria se todos os homens e mulheres anunciassem que, de agora em diante, não participariam mais de nenhuma operação, sistema ou organização em que estivessem incluídos a militarização, a opressão, a relação de guerra ou a falta de solidariedade?

Seguramente, a transformação radical do mundo poderia tornar-se uma realidade. Os governos não teriam capacidade de iniciativa bélica e desapareceria, pelo menos, a ameaça de um conflito armado.

Objeção de Consciência é um termo que significa negação à versão atual das Forças Armadas e a falsa ideologia de Segurança Nacional. Significa ainda um compromisso com a sociedade civil, através do Serviço Civil Alternativo que possibilite o desenvolvimento da sociedade; resgatando também, a função original do exército, que era de produção conjunta e cooperação com a defesa da sociedade civil.

Este pensamento e esta prática não são novos. Os migrantes alemães do Sul da Rússia, no século XIX, negaram-se a servir nos exércitos russos. O Czar lhes permitiu um Serviço Alternativo. A região onde viviam, às margens do Mar Negro e Cáucaso, era extremamente árida. Estes jovens foram incumbidos de reflorestar a região, surgindo de seus serviços gigantescas florestas.

A Objeção de Consciência é defendida pelo SERPAJ como a principal proposta contra as Forças Armadas e o que elas representam. É uma opção política de não colaboração com o sistema opressor; de compromisso com a construção de uma sociedade nova, com mecanismos de defesa controlados pela sociedade civil.

PLEBISCITO

O presidencialismo foi vitorioso no plebiscito. Haverá mudanças positivas de agora em diante? Será possível governar sob o domínio da elite conservadora? A frágil democracia brasileira será fortalecida com o presidencialismo? veja na

PÁGINA 02

15 ANOS SERPAJ

A Frente Nacional dos Trabalhadores foi pioneira da experiência da Não Violência Ativa no meio operário brasileiro. Seus militantes levaram esta luta para o Serpaj. Um militante operário conta como ocorreu a participação da FNT no Serpaj.

PÁGINA 03



GAMA DISCUTE PLEBISCITO

O Serpaj, o Grupo Consciência Negra, o Centro Popular de Educação e Cultura, o Núcleo do Novo Gama/UnB e o Sindicato dos Professores realizaram, no dia 28/03/93, um debate sobre formas e sistemas de governo.

Os palestrantes foram os professores Maria Luisa,

Marcos Faro e Zé Geraldo, da UnB. Eles abordaram o histórico das formas e sistemas de governo no Brasil e as propostas de cada um. Com a participação de quase 80 pessoas, o evento foi uma oportunidade para que houvesse maiores esclarecimentos sobre o assunto.

PRESIDENCIALISMO EM DESGOVERNO

A população decidiu-se pelo Presidencialismo e pela República, que obtiveram 55% e 66%, respectivamente, dos votos dos 66,9 milhões dos eleitores que foram às urnas no dia 21 de abril. O Parlamentarismo obteve pouco mais de 24% e a Monarquia 10%. Chamou atenção o alto índice de abstenção que foi de 25%. Os votos nulos e brancos também não foram poucos: quase 14%.

As pesquisas feitas antes e durante o plebiscito indicavam, de antemão, o desinteresse de uma considerável parte dos eleitores. A Data-Folha chegou a apontar que 57% dos consultados não votariam se o comparecimento às urnas não fosse obrigatório.

O desinteresse de uma grande parte da população tem vários motivos. As campanhas feitas pelos meios de comunicação foram superficiais e, muitas vezes, enganosas. Todas argumentavam que após o plebiscito, a situação do País mudaria por melhor, como num passe de mágica. Além disso, predominou o personalismo de candidatos a rei, a presidente ou a primeiro-ministro.

Após o plebiscito, o governo anunciou seu plano

recessivo para estabilizar a economia e com promessas de investir em projetos sociais. Mais um plano feito de cima para baixo para acabar com o "inimigo" inflação.

Os segmentos organizados da sociedade civil têm exigido um governo eficaz e realmente democrático para tirar o país da miséria social e política. Sabe-se que não é uma automática mudança de governo ou um "salvador da pátria" que mudará a drástica realidade brasileira. O exemplo do governo Collor mostrou que isso é uma falácia.

É necessário que o país tenha capacidade de gerar governos democráticos e pare de alimentar os grupos corruptos que querem lucro a todo custo. Mas, para que seja construída uma sociedade democrática é urgente que: o indivíduo violentado cotidianamente com um salário-mínimo, as crianças carentes, as minorias étnicas e sexuais e os demais oprimidos tenham liberdade para serem cidadãos e conquistar seus direitos. Sem esta condição, o Brasil jamais irá constituir-se em uma nação livre e soberana.

Ieda Maria Cavalcante

DEMOCRACIA EM CRISE

A vitória do presidencialismo no infeliz plebiscito de 21 de abril, nos permite uma constatação que parece irrefutável: a política no Brasil voltou ao seu permanente estágio de impasses e mediocridade, após o processo de impeachment, que por um período fugaz permitiu o surgimento de algumas idéias novas como a exigência da ética.

Não exatamente pela vitória do atual sistema de governo, mas pela evidência de que as forças políticas -principalmente os partidos- não têm condições de estabelecer um debate capaz de enfrentar a crise com a seriedade que ela merece.

Existe um impasse de fundo na sociedade brasileira, caracterizado pela incapacidade de afirmação de um projeto político entre os vários em disputa. O exercício do poder, da hegemonia -mesmo para a elite dominante- é extremamente complexo no Brasil. Além disso, as reformas democráticas não andam. A proposta do parlamentarismo que poderia desencadear este movimento foi um fiasco. Foi monopolizada pelos conservadores e os vacilantes do PSDB. Por isso o eleitorado preferiu manter tudo como está, mesmo aceitando o preço da fraude eleitoral dos presidencialistas.

Entramos agora na discussão das eleições presidencialistas de 1994 e da revisão constitucional. O filme não é dos melhores, aliás repetido, é de fraco roteiro. A maioria das correntes políticas aposta tudo em 94, elegendo este como mais um momento mágico, que anuncia uma nova era de felicidade e abundância.

Quanto à revisão constitucional, percebe-se uma curiosa convergência de interesse à esquerda e à direita, em favor do seu adiamento para 1995. A esquerda por pressões corporativas e por medo de abrir uma disputa pela democratização da política e da sociedade, agarra-se à

constituição atual, como se ela fosse a expressão de uma grande vitória das forças democráticas, que agora estaria ameaçada. Esquece que ela mantém intacta o judiciário, os meios de comunicação, as forças armadas, para citar apenas alguns exemplos anacrônicos. Setores da direita aprovam a ideia do adiamento, aguardando um momento mais oportuno para fazer a revisão sem margem de erro, isto é, tendo certeza de que serão aprovadas todas suas propostas.

Já era esperado para o pós-plebiscito, o início da campanha presidencial e o desmoronamento do governo Itamar. A campanha já está na rua e, mais ainda, nos bastidores. A novidade é a postura adotada pelo governo. Sob o ponto de vista do exercício pleno da governabilidade, ele realmente acabou. Só conseguirá executar ações a partir de acordos pontuais e frágeis com sua difusa base de apoio.

Em relação à disputa política em si, com a apresentação do novo plano econômico, parece que Itamar Franco reagirá influenciando na disputa sucessória, utilizando os muitos instrumentos de poder que dispõe, e administrando os interesses dos partidos governistas que trabalham na articulação da terceira via.

O problema é que não existe via nenhuma se continuarmos adiando o debate sobre as reformas políticas. Estamos e preparando uma nova frustração para 95 mesmo que aconteça -como esperamos- uma vitória das forças populares e democráticas. Não existe condições de implantação de um novo projeto, um outro modelo de desenvolvimento, sem estas reformas. É a nossa democracia que está em crise. Precisa ser ampliada ou morrerá.

Wellington Almeida
Jornalista

A HISTÓRIA DO SERPAJ NA VISÃO DE UM OPERÁRIO

SALVADOR PIRES
Operário Metalúrgico
Sindicalista e Militante
da FNT e do SERPAJ-Brasil

As propostas de ação do Serpaj baseiam-se, principalmente, na compreensão de que a sociedade capitalista deve ser transformada radicalmente. Esta sustenta-se em pilares como a exploração, o individualismo, o autoritarismo, a tortura física e psíquica, a violência do Estado sobre a população, a educação alienadora, a obediência cega, a militarização da sociedade e a discriminação de mulheres, negros e índios.

Neste sentido, todas as assembleias da entidade, seja a nível latino-americano ou a nível nacional, procuram alternativas de superação dos mecanismos que excluem o ser humano de uma vivência digna e participativa.

Muitos temas foram trabalhados nestes 15 anos de atuação. Destacamos os principais: apoio à luta dos favelados e Sem-Terra, contra a corrida armamentista, pela libertação da mulher e dos negros, contra o pagamento da dívida externa, educação popular e formal, comunicação, entre outros.

Em 1983, nasceu a ideia de realizar uma "Ação de Natal", um trabalho de conscientização sobre temas em torno da não violência. O primeiro tema discutido foi: "Fraternidade sim, violência não". Com o sucesso deste trabalho, nos anos seguintes, ele prosseguiu abordando temas que questionavam o consumo capitalista exagerado. Era denunciado que esta festa favorecia mais o comércio do que o povo.

O Regional Sul do Serpaj apresentou no ano de 1985 a proposta de lutarmos pela implementação do Serviço Civil Alternativo e pelo direito à Objeção de Consciência, isto é, negar todo doutrinamento militar. Foram anos de campanha em favor da Objeção.

O resultado foi a aprovação do artigo 143 da Constituição que dá direito ao jovem de objetar o Serviço Militar Obrigatório.

Para compreender a história do Serpaj/Brasil, é preciso entender a opção de lutar com os explorados e empobrecidos do País, em defesa de seus legítimos interesses. Compreender e assumir na prática, a mensagem e os valores vivenciados no dia a dia pelos companheiros e companheiras que tiveram a coragem política de fazer e viver essa opção.

Para uns, esta luta é uma vocação missionária de conteúdo mais religioso, porque brotado do evangelho. Para outros, sem perder de vista os valores evangélicos, uma vocação mais política. Política no sentido de uma ação social a partir dos interesses dos mais injusticados, dos explorados por um sistema sócio-político-econômico de dominação. Para outros ainda, uma vocação ecumênica cuja abrangência vai além das religiões cristãs e todos dispostos a conviver no dia a dia com companheiros que não assumem valores religiosos. Um esforço pela construção de uma sociedade socialista auto-gestionária e não-violenta.

Enquanto operário metalúrgico e sindicalista, não posso compreender a origem histórica do Serpaj-Brasil sem entender a realidade conjuntural do País, principalmente, a partir do golpe militar de 1964. Diante da exploração imposta contra a classe trabalhadora, surgiram a resistência e a firme vontade política do movimento sindical e popular. Destaco o trabalho realizado, desde então, pela Frente Nacional do Trabalho, hoje a Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT).

A LUTA DA FNT

A FNT através da sua participação na luta dos operários da indústria de cimento Portland Perus, em São Paulo, a partir da década de 50, constitui-se no alicerce da Não-Violência Ativa no meio operário brasileiro.

A Frente intensificou a realização de importantes seminários e encontros com a participação de leigos e religiosos e não crentes aprofun-

dando e difundindo a Não Violência Ativa.

As experiências dos operários da Perus eram a grande motivação e o melhor exemplo de engajamento desta luta no meio operário.

A luta destes operários foi profundamente marcada pela greve de 1962, que durou noventa dias aproximadamente. Foi julgada ilegal e o patrão J.J. Abdalla demitiu por justa causa de uma só vez 1100 operários. Ao lado do enfrentamento político, travou-se uma briga judicial, tendo à sua frente o advogado militante companheiro Mário Carvalho de Jesus, fundador da FNT e do SERPAJ/Brasil. Passado seis anos os operários ganharam a causa e foram reintegrados ao trabalho, sendo o patrão obrigado a lhes pagar todo esse tempo, como se tivessem trabalhando dia após dia. Tiveram que esperar mais seis anos para receber os seus direitos.

Essa luta é considerada até hoje dentro do movimento sindical brasileiro como a luta de maior duração e resistência. Nos principais momentos de maior enfrentamento, as táticas não-violentas foram vitoriosamente usadas, incluindo a grande rede de solidariedade com repercussão inclusive no exterior. Considero que, até esse momento, foi a principal luta vivida no Brasil, que usou táticas não-violentas no enfrentamento direto.

A FNT tem a sua origem nessa luta histórica do movimento operário brasileiro. Foi no bojo dessa luta que os/as companheiros/as traduziram na prática o termo Não-Violência Ativa por Firmeza Permanente. A FNT é precursora do Serpaj/Brasil.

Em 1974, a FNT participou com dois militantes, os companheiros João Breno Pinto, operário da Perus, e Carmen Kraemer, escriturária, do Encontro de Medellín/Colômbia que definiu as linhas básicas para a expansão da Não-Violência Ativa na América Latina.

De volta, esses companheiros refletiram com demais militantes da FNT as conclusões desse importante evento, possibilitando

a FNT contatos e intercâmbios a nível nacional e internacional.

Todo esse esforço avançava para um espaço próprio para a atuação dos militantes da Não Violência Ativa no Brasil. O passo mais decisivo deu-se no seminário realizado, em 1977, em João Pessoa, com representantes de vários Estados, quando decidiu-se fundar o Serpaj-Brasil.

Para a FNT a fundação do Serpaj atingiria dois objetivos: um espaço adequado à participação de religiosos e profissionais liberais, visando uma atuação maior no Brasil e no exterior; um espaço que garantiria a continuidade da FNT, mais voltada à atuação e militância dos operários, numa perspectiva popular e sindical. A FNT, na época, poderia ser fechada pela repressão.

SERVIÇO DE PAZ E JUSTIÇA

O Serpaj foi pensado para ter uma função de assessoria aos movimentos pastorais e populares, difundindo os princípios e os métodos da Não Violência Ativa. Seria uma sociedade civil sem fins lucrativos, idêntica a FNT.

As raízes ideológicas foram marcadas pela doutrina social cristã de linha progressista e ecumênica, passando por várias matizes teológicas que lhe deram fortes elementos para a reflexão mística. Também com inspirações nas ideias de Gandhi, Martin Luther King, Lanza del Vasto, Danilo Dolci, Jean e Hildegard Goss, Jean Marie Mille, entre outros importantes pensadores.

As principais lutas da entidade concentravam-se no combate às injustiças - com o engajamento concreto nas lutas populares, sempre priorizando a defesa dos mais explorados da sociedade brasileira.

O Serpaj constitui-se em mais uma ferramenta no contexto da organização popular, com atenção às reivindicações imediatas do povo, na defesa dos direitos humanos. Contra as perseguições políticas, as prisões e espancamentos de lideranças sindicais, populares e religiosas; com atuação no campo e na cidade.

MILITARISMO

Militarismo é um sistema ou doutrina que prega o fortalecimento dos exércitos para decidir os conflitos, com a força das armas. O pensamento militar ocidental tem suas raízes na China do século VI a.C. e seu primeiro pensador foi Sun-Tsé, filósofo que estudou a guerra nos seus aspectos mais gerais, situando-a como um dos meios da arte de governar.

Este pensamento não tem êxito na época e só volta a interessar como estudo no século XIX, quando a França determina-se Estado conquistador, através das ações armadas de Napoleão Bonaparte. Neste contexto de guerras, muitas nações são massacradas, originando desta maneira, um sentimento de vingança, o despertar da consciência nacional e a busca de estratégias para revidar o inimigo.

Consequentemente chega-se a conclusão que a guerra é um mecanismo utilizado pelo Estado para conquistar pela força, os seus objetivos políticos.

A partir deste momento, o exército passa a ser definido como um elemento de controle das lutas sociais, que garante a territorialidade e os objetivos políticos, econômicos, sociais e ideológicos de uma classe social, representada pelo Estado.

As sociedades são impregnadas de valores militaristas, transformando o militarismo num fenômeno social presente em todas as formas de organização e destruindo o seu caráter de instituição que exerce grande influência na sociedade.

O militarismo manifesta-se de diversas formas e em contextos sociais variados. Ele pode dar-se através das ditaduras onde os militares assumem diretamente o governo e o controle do Estado. Neste caso imperam-se as violações dos direitos humanos que variam desde a castração da liberdade de consciência à proibição de participação política nos destinos da sociedade. É comum nestes



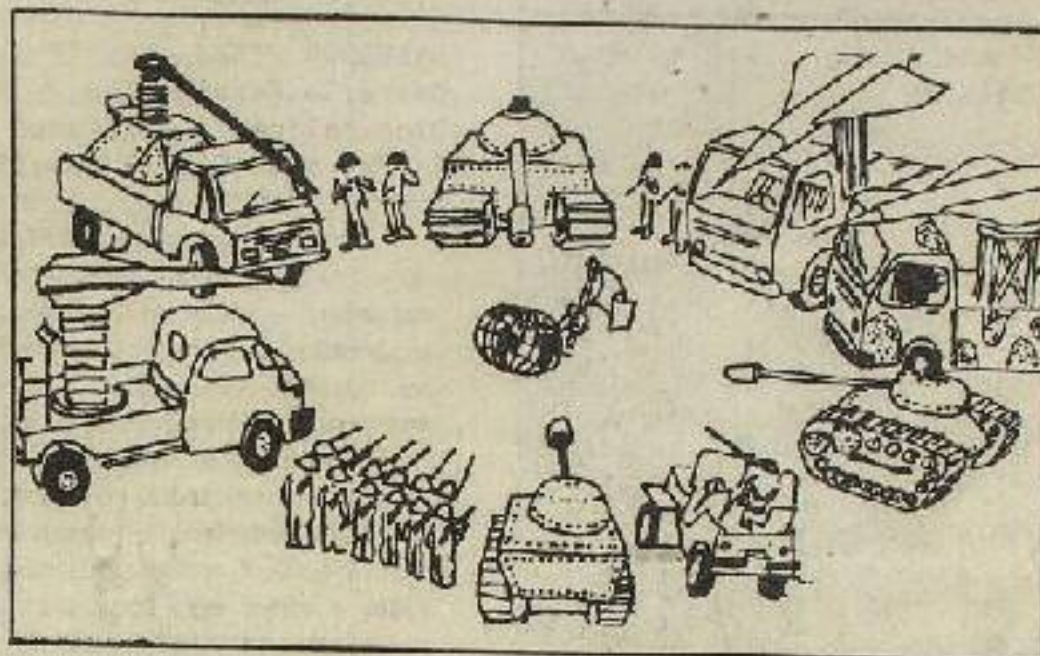
sistemas a obediência cega às leis que destroem e a disciplina mantida para assegurar a defesa dos interesses da minoria.

O militarismo existente nas sociedades ditas democráticas, apesar de não aparecer claramente, é tão eficiente quanto nas ditaduras. Isto porque, o militarismo encontra-se inserido em valores ideológicos de uma forma sutil, porém, eficaz. O controle social de uma nação democrática não é tão visível quanto em uma ditadura.

À nível econômico, o militarismo vem obtendo nos últimos tempos um relevante papel nas relações nacionais e internacionais. A competitividade das potências imperialistas baseiam-se na "economia de guerra" para manter as suas zonas de influência. Os gastos com o militarismo são mais abrangentes do que os gastos com a defesa, desenvolvimento e tecnologia militar. A carreira armamentista contempla o desenvolvimento dos "complexos militar-industrial", que divide-se em investigação, produção e comércio de armas. A investigação científica com fins militares engloba 60% da investigação à nível mundial.

Uma proposta alternativa passa pela construção urgente de uma estratégia antimilitarista. A desmilitarização da sociedade consiste numa profunda luta em favor da vida e deve iniciar com um processo de fortalecimento de valores como a igualdade, a solidariedade e a cooperação entre os povos.

CAMPANHA PELA OBJEÇÃO DO CONSCIÊNCIA



OBJEÇÃO DO CONSCIÊNCIA

A Objeção de Consciência é um ato desencadeado por uma pessoa ou por um grupo de pessoas contra uma ordem ou lei considerada injusta. Objetar é desobedecer uma norma preestabelecida pela sociedade ou por uma de suas instituições, invocando uma norma de ordem superior, escrita ou não, mas que impede o ser humano de assumir uma conduta prescrita.

As razões que levam um jovem a objetar são de ordem religiosas ou moral, transcendentais ou humanitárias, ou por motivos políticos ou filosóficos. De qualquer forma, demonstram uma preocupação pelo interesse coletivo da comunidade. Diante da doutrina de "obediência cega", o objetor assume fielmente sua consciência individual e sua consciência coletiva do bem comum.

Fazer Objeção de Consciência significa enfrentar a injustiça ou as alterações dos poderosos e desobedecer a um chefe ou a uma lei. Assim, a Objeção de Consciência é um ato de desobediência civil, desencadeado contra situações consideradas negativas, discriminadoras e injustas.

Objeção de Consciência, visto como um ato de desobediência civil, abraça consciente ou inconscientemente a não-violência como estratégia ou como forma de

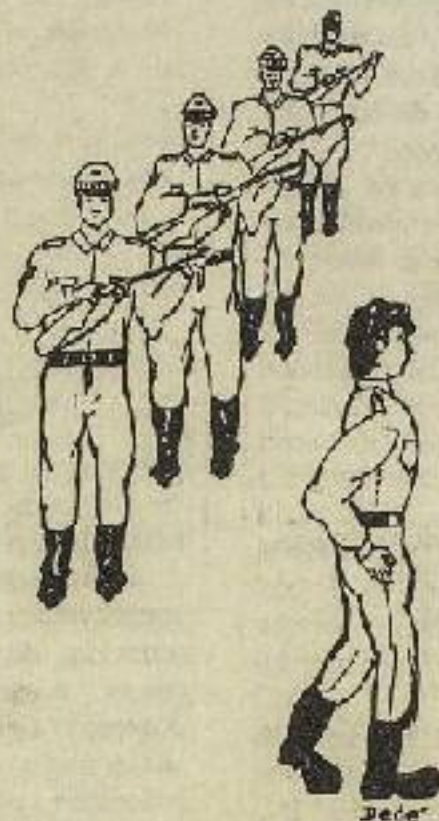
vida. Seu ponto de referência está na promoção de uma consciência e co-responsabilidade social. Nega a obediência cega à Razão do Estado e suas leis para construir o poder da consciência crítica, livre e desperta.

Historicamente, a Objeção de Consciência tem se destacado na luta contra o militarismo. A Objeção de Consciência contra o Serviço Militar Obrigatório é uma expressão indiscutível de desobediência, assumida por todos aqueles comprometidos na luta pela Paz. Mais do que isso, objetar é erradicar os valores que possibilitaram ao mundo de chegar ao patamar de industrialização bélica e militarização da sociedade. Valores como obediência, machismo, hierarquia, violência, autoritarismo são objetados. Em contra partida, quem declara-se objetor assume construir uma consciência coletiva de igualdade, participação, socialização, co-responsabilidade, pluralidade,...

A Objeção de Consciência não se limita unicamente a rechaçar o Serviço Militar Obrigatório, mas constitui-se numa atitude global do cidadão e toma formas diversas, de acordo com o problema e a realidade social onde for aplicada.

OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

EU TENTEI FUGIR
NÃO QUERIA ME ALISTAR
EU QUERO LUTAR
MAS NÃO COM ESSA BARBA



SERVIÇO MILITAR ALTERNATIVO

A Constituição brasileira, no seu artigo 143, determina a obrigatoriedade do serviço militar para todos os cidadãos do sexo masculino, com idade de 18 anos. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço em tempo de paz, embora, estejam sujeitos a outros encargos que a lei lhes atribuir.

A maioria das pessoas que presta o serviço militar, muitas vezes a contragosto, desconhece que existe uma opção a este serviço.

A regulamentação deste artigo deu-se através da lei 8.239 de 04/10/91, da qual destacamos os seguintes termos:

"Ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) compete, na forma da lei e em coordenação com os Ministérios Militares, atribuir Serviço Alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter puramente militar";

Entende-se por Serviço Militar Alternativo o exercício de atividades de

caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, em substituição às atividades militares";

O Serviço Alternativo será prestado em organizações militares da ativa ou em órgãos de formação de reservas das Forças Armadas subordinadas aos Ministérios Civis, mediante convênios entre estes e os Ministérios Militares, desde que haja interesse recíproco e, também, sejam atendidas as aptidões do convocado.

Uma análise simples destes pontos mencionados, deixa claro que pouca coisa mudou. O serviço continua sendo militar, sob a coordenação do EMFA. Portanto, os jovens que pelos motivos mencionados objetarem o treinamento militar armado, jamais estarão desvinculados dos princípios e da ideologia militaristas.

Os optantes pelo serviço alternativo não usarão uniformes e exercerão as suas atividades em órgãos civis, mas continuarão agindo contra os seus princípios de paz. Isto porque suas funções serão exercidas em "organizações militares da ativa" ou em

"órgãos de formação de reservas das FFAA". Este serviço poderá tornar-se discriminatório e pouco solicitado, isto porque, o jovem terá que ficar ligado às FFAA por 18 meses, enquanto que o normal tem uma duração de apenas 10 meses.

O Serpaj é um dos iniciadores na discussão do Serviço Civil Alternativo no Brasil. A recusa de servir ao exército pode significar a tomada de consciência quanto à necessidade urgente de paz e de uma solução alternativa para os conflitos internacionais, com o objetivo de conscientizar que o que deve ser eliminado antes de tudo são as causas da guerra.

Uma bandeira de luta do Serpaj para a revisão constitucional será a revisão do artigo 143 e da lei complementar. Os jovens devem ser aproveitados no atendimento das populações mais pobres do país, sob a coordenação de entidades civis voltadas para a promoção social e para a preservação do meio ambiente. Quem prestar este serviço terá os mesmos direitos a descanso e o mesmo soldo que os que preferirem o serviço militar.

A ideologia militarista é a maior responsável pela discriminação e desvalorização da mulher. Através de seus braços armados, ou seja, o exército, a marinha e a aeronáutica, controla a sociedade nos seus diversos aspectos. Este controle é exercido através da defesa e manutenção de valores como o machismo, a submissão, a hierarquia, o sexismo, a dependência, a obediência, o individualismo, a violência, entre outros.

A existência do militarismo significa a perpetuação da razão patriarcal, que é sexista na medida em que constitui um sistema de dominação masculina, dividindo o mundo em gêneros masculino e feminino.

A defesa desses valores discrimina a mulher porque colocam o homem como o único ser capaz, com forças físicas e intelectuais de governar a "pátria". Segundo estatísticas das Nações Unidas, as mulheres representam um terço da população ativa mundial. Elas realizam dois terços do trabalho mundial por uma décima parte do salário médio, e controlam 1% da riqueza mundial.

Por esses motivos, as mulheres que lutam por uma sociedade justa e igualitária, não podem ser cúmplices do militarismo e de seus mecanismos de manipulação e alienação.

As mulheres têm que objetar esta sociedade militarizada para garantir o direito de pensar, de discutir e de analisar.

Objetar significa ter independência intelectual, moral, religiosa, política e filosófica para que se possa dizer não à guerra, à violência e à todos os valores que ferem e oprimem o ser humano ou a natureza. Esta luta pela igualdade entre mulheres e homens está na objeção de consciência e não no fortalecimento de uma instituição machista, anti-democrática e opressora.

A participação da mulher nas instituições militares não significa a igualdade entre homens e mulheres. A mulher integrando-se à organização militar, não elimina os valores difundidos pelo sistema militarista. Ao contrário, transmite uma falsa participação da mulher. Na verdade, continuam sendo os homens que comandam e governam o Estado Maior das FFAA.

O ser humano deve ser livre para decidir sobre sua vida e lutar por novos ideais, como a igualdade: não somente entre homens e mulheres, mas entre todas as pessoas. A liberdade não é um presente ou uma concessão que se ganha, mas um troféu que se conquista.

PREPARATIVOS DA CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS

A Conferência Mundial de Direitos Humanos acontecerá de 14 a 25 de junho/93 em Viena/Austria.

As ONGs brasileiras que atuam na área de direitos humanos estão articulando-se em torno de propostas concretas para representar o país neste evento mundial.

Para iniciar esta articulação, será realizado um seminário nos dias 20 e 21 de maio em Brasília. As entidades confirmadas são: INESC, TEASE, REDE MULHER, MNMR, FASE, CPI, SERPAJ e MNDH e a proposta de pauta é a seguinte:

- Avaliação dos programas de direitos humanos e identificação dos avanços e retrocessos nesta área. Revisão das instâncias da ONU e formulação de recomendações para garantir uma maior participação das ONGs;

- Identificação dos obstáculos na implementação dos direitos das minorias, dos indígenas e das mulheres, buscando formas de conquistar os seus direitos e superar os obstáculos;

- Relacionar direitos humanos, desenvolvimento e democracia destacando o papel das ONGs e a participação popular no processo de conscientização da necessidade de solidariedade entre Norte e Sul;

- Examinar as tendências contemporâneas das violações dos direitos humanos como resultado do racismo, xenofobia, violência étnica e intolerância religiosa; identificando quais as respostas mais apropriadas das Nações Unidas.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO URUGUAI E ARGENTINA

No dia 14 de outubro de 1991, diante de denúncias provenientes da Argentina e Uruguai, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tomou a decisão de condenar os respectivos Estados pela utilização de mecanismos de impunidade, considerando-os violadores da Declaração e Convenção Americana de Direitos Humanos.

A CIDH, órgão dependente da OEA (Organização dos Estados Americanos), confirmou a violação do direito humano à Justiça após constatar que em ambos os países, as vítimas de delitos cometidos durante a ditadura militar viram frustrados os seus direitos a uma investigação imparcial que esclarecesse os fatos e punisse os responsáveis.

Esta decisão, que reafirma o alcance dos direitos consagrados no Sistema Interamericano de DH, constitui um passo de singular importância na luta contra a impunidade e a favor da Vida, assumida por tantas vítimas e organizações continentais.

ARGENTINA

A CIDH, a partir do final de 1987, começou a receber informações contra a Argentina que denunciavam as Leis de Ponto Final e Obediência Devida por violarem o direito de proteção e garantias judiciais consagrados na Convenção Americana sobre DH. Em todos os processos analisados, a queixa fundamental é a mesma segundo a CIDH: denuncia-se o efeito destas leis e do decreto de indulto como "violadores" da Convenção de DH porque restringem e cancelam as investigações judiciais sobre as gravíssimas violações dos DH ocorridas durante o atual governo. Todos os denunciantes solicitaram pareceres criminais por violações dos DH (desaparecimentos, sequestros, execuções sumárias, torturas).

O governo argentino afirma que as violações alegadas ocorreram antes da confirmação deste estado na Convenção de DH, argumentou ainda que tinha investigado e condenado os ex-líderes militares. Insistiu também que, embora a OEA e a Declaração de DH consagrem direitos, reservam a sua aplicação às cortes nacionais.

Após analisar as denúncias, a CIDH considerou-as procedentes porque todos os denunciantes foram

privados de proteção judicial e da investigação que estava sendo feita para punir os criminosos.

Já que as denúncias correspondem a uma violação ocorrida depois que a Argentina passou a ser Estado parte da Convenção e as denúncias eram admissíveis, a CIDH negou em princípio uma "solução amistosa" por considerar que a mesma não é "necessária, nem procedente porque é parte de uma política de governo que o Estado ainda sustenta".

URUGUAI

No caso do Uruguai, a CIDH baseou-se em oito denúncias recebidas contra o Estado, entre junho de 1987 e abril de 1989.

As petições denunciavam os efeitos jurídicos da "Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado" e sua aplicação como uma violação aos direitos reconhecidos na Convenção de DH e as proteções judiciais.

A CIDH denunciou que a imparcialidade e a seriedade das investigações realizadas pelo governo eram duvidosas, pois foram encarregadas a juizes militares tanto a investigação, quanto o cumprimento das garantias judiciais.

Três das denúncias acusavam o governo do Uruguai de violações gravíssimas dos direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal e recomendavam que o governo empreendessem uma "investigação" dos fatos e "processasse os responsáveis". Todos os denunciantes mencionaram os efeitos da lei como violadores dos DH, isto por impedirem as vítimas de recorrerem a tribunais e terem uma investigação imparcial das violações ocorridas no atual governo.

O governo uruguayo manifestou que esta lei que "constitui o exercício soberano de sua faculdade para outorgar clemência"

não viola a Convenção de DH, nem qualquer outra norma do direito internacional. Disse que as denúncias eram inadmissíveis porque não esgotaram os recursos internos e que a lei é o resultado de uma decisão democrática e foi declarada constitucional. Alega que a Convenção de DH, ao prever a suspensão desta lei, nega alguns direitos nela reconhecidos e que a mesma faz parte de um processo de reconciliação nacional.

A CIDH determinou que os denunciantes preencheram os requisitos de admissibilidade porque "a legislação interna não dispõe de recursos para declarar nulos os efeitos da lei, pois estes efeitos impedem qualquer possibilidade de obter-se uma investigação imparcial das graves violações dos DH no país".

Sobre a falta de esgotamento dos recursos internos, a CIDH informa que esta lei foi declarada constitucional com o objetivo de impedir a continuação dos processos criminais, e que não existe na legislação interna medidas legais para a proteção dos direitos violados.

Em suma, o fato denunciado é a impossibilidade de processar policiais acusados de terem violado os DH no passado. Neste caso a CIDH também recusou uma "solução amistosa".

CONCLUSÕES DA CIDH

A CIDH conclui que as leis já mencionadas da Argentina e Uruguai são incompatíveis com o direito de Justiça da Declaração e Convenção Americanas de DH.

Recomenda aos governos destes países que concedam aos denunciadores ou aos seus responsáveis, uma justa compensação pelas violações recebidas e a adoção de medidas necessárias para esclarecer os fatos e punir os culpados pelas violações dos DH, ocorridas durante a ditadura militar ou no atual governo.



COMUNIDADE ILHA GRANDE ENFRENTA PROBLEMAS

Os pescadores que ocupam as diversas praias da Ilha Grande estão marcados para desaparecer, e com eles a sua cultura de 500 anos. São pescadores artesanais que conservam suas técnicas. Não evoluíram, pois sempre viveram isolados, ignorados dos governantes que só lembraram da Ilha Grande para lá construir um grande presídio.

A política pesqueira nacional sempre fora da realidade e absurda. Nada é feito para proteger e dar apoio a esses pescadores que estão em total abandono e mergulhando de cabeça na miséria. O pescador tinha a sua própria casa, tinha a alimentação farta e sadia, supria suas outras necessidades. A água potável era excelente e abundante.

Tudo mudou, o peixe sumiu com a pesca predatória que não respeita os ciclos da vida, as redes que arrastam tudo do fundo tirando o que lhe interessa e transformando o resto em lixo. Pesca criminosa e sem nenhuma repressão do IBAMA sempre onusto e impotente. O pescador sem nenhuma informação e conhecimento, ajuda a destruir o meio ambiente que sempre lhe deu a vida, jogando lixo nos rios e mangues e poluindo o mar.

O que piora a situação é que ele sofre a pressão de seus dois grandes inimigos: a exploração imobiliária e o turismo desordenado que lança os seus tentáculos por todo os núcleos de pescadores e praias, até nas que se situam dentro das reservas de preservação.

Com a diminuição do peixe, já não se aguentam pescar em suas canoas e o emprego dos barcos pesqueiros está cada vez mais di-

fícil. A grande maioria está conseguindo emprego em barcos do Rio de Janeiro, Santos ou Cabo Frio, ficando longe de suas famílias mais de um mês. O sonho das mulheres e das filhas é virarem para o continente, que, sem nenhum preparo e estrutura, será a sua perdição. É o que já está acontecendo. Desaparecendo uma cultura e um povo.

Na Praia Vermelha no lado oeste, próxima da Ponta de Acú, seus moradores, até crianças e mulheres, viviam da pesca ou trabalhavam na fábrica de sardinhas.

A fábrica virou hotel e surgiram diversos botequins. As mulheres não têm mais emprego, todos são pressionados pela sociedade de consumo que veio com os turistas. Os valores morais foram alterados e campeia a insatisfação. Os meninos estão ameaçados de acabar devido ao grande aumento de consumo da água, cada um procurando a sua água com manjedouras. O lixo aumenta e uma grande parte dele, enfiado nas lascas das pedras da costeira, é levado pelo mar; o esgoto indo para os riachos e mangues num grande volume.

Para tentar melhorar a situação e convencer a população a lutar por seus direitos e melhorias de condições de vida, resolvemos criar uma Associação de Moradores.

Foi uma tarefa árdua, ninguém acreditava. O jeito foi ter uma conversa com o secretário de obras.

Explicamos toda a situação da água que precisava ser represada e distribuída de maneira justa, com caixas de água e bóias para todos, a questão do lixo e do esgoto. O

secretário nos atendeu e disse que já havia um projeto na Prefeitura. Como fomos a primeira comunidade a pedir, ele iria executar primeiro a nossa proposta.

Já está tudo feito. Só falta o esgoto que será através de fossas. Assim a população foi aderindo à Associação. Atualmente a frequência está fraca, grande parte das mulheres e homens afastou-se. Em compensação, grande parte dos jovens aderiu. O problema mais premente ainda é a pesca que vai de mal a pior, com as vagas nos barcos pesqueiros escasseando cada vez mais.

Na Secretaria de Agricultura e Pesca fomos ver a possibilidade de implantar uma fazenda de mexilhões na Praia Vermelha. O secretário J. Castilho ouviu-nos atentamente e prontificou-se a arrumar a fazenda sem nenhum tipo de despesa para a comunidade. Ela está pronta para a primeira colheita. Foi montada com o melhor material. Com a orientação de uma bióloga vinda de São Paulo e toda a assistência da Secretaria. Foi uma tarefa difícil. Tivemos que ir de casa em casa chamando o pessoal que se comprometia a trabalhar na fazenda.

As pessoas que aderiram foram os mais jovens que já viajavam nos grandes barcos pesqueiros. Os mais velhos ainda não acreditam.

Se der lucro e der certo eles vão acreditar e aderir sem precisar insistir.

Este é o nosso grande desafio, convencê-los de que é preciso trabalhar e ensinar as crianças.

Naylah Correa e Castro
Angra dos Reis

INDIGNAÇÃO SIM VIOLENCIA NÃO

A cidade do Pedregal, município de Iuziândia/GO, tem se constituído em cenário de exclusão social nas periferias de Iuziândia e do DF, dado o não provimento de suas necessidades básicas em termos de educação, saúde, saneamento, transporte, segurança pública, atividades econômicas e sociais. Fatores que contribuem para o alto índice de violência na cidade.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a violência na cidade foi realizado um seminário na Escola Municipal Nº 3, no dia 4 de abril passado, com a participação de 180 pessoas da comunidade e de entidades populares. Os organizadores do evento foram: SERPAJ/Pedregal, AATLANG, ASSIDAR, DEX-UNB, JUAC, Igreja São João Batista e ACIFAL.

A intenção do debate foi elaborar alternativas de intervenção na realidade local, e de aglomerar pessoas e organizações que se recusam a encarar a violência generalizada, a impunidade ou as punições pela via da barbárie. As autoridades públicas municipais foram convidadas e não compareceram.

O seminário revelou grandes avanços. Além da boa participação popular, as entidades organizadoras estão empenhadas em atuar de acordo com os encaminhamentos, considerados fundamentais para o desenvolvimento do Entorno Sul/DF.

ALFABETIZAÇÃO

A Equipe de Educação Popular do Serpaj/Núcleo Itacoatiara, no Amazonas, realizou, nos dias 28/02 a 19/03, um curso de Alfabetização de Jovens e Adultos. Contou ainda com a participação do companheiro Raimundo Nonato de Corré/AM, do grupo do SERPAJ que está em formação.

O curso dividiu-se em duas partes: teórica/prática. Sendo que a prática partiu da atuação no Círculo de Cultura.

A realização desse trabalho no Amazonas tem o objetivo não somente de ensinar a ler e escrever, mas de desenvolver um trabalho crítico e conscientizador que desperte a população para os seus direitos e deveres de forma coletiva e organizada. Também procura contribuir para que haja uma identificação do grupo com um trabalho popular, concreto e específico, baseado nos princípios da não-violência.

VIVER EM COMUNIDADE: UMA ALTERNATIVA

Tendo passado treze meses em uma comunidade ecumênica na França, cheguei a conclusão de que é urgente a formação de pequenos grupos de pessoas que acreditem e aceitem o desafio de viver em comunidade. Agruparem-se para dar início a uma experiência dessa natureza aqui no Brasil, tendo a não violência ativa como uma das linhas desta construção.

A experiência na comunidade de Bonnecombe/França foi para mim uma confirmação real de que é possível viver-se em comum, onde a dignidade, o valor da pessoa humana seja respeitado na construção dessa nova sociedade, que muitos

de nós almejamos. Em Bonnecombe vive-se de maneira simples, porém, partilhada com co-responsabilidade no trabalho e no bom andamento da vida comunitária.

O trabalho no campo e com artesanato são prioridades, com também a alimentação vegetariana. Durante estes meses vividos na Arca pude aprender e viver coisas belíssimas tais como: vida de trabalho, silêncio interior, oração ecumênica, momentos de festas, lazer e a prática não violenta vivida no dia a dia.

A comunidade está interessada em continuar o intercâmbio com o SERPAJ, através da ida de outra

pessoa.

Agradeço ao SERPAJ por ter me proporcionado essa oportunidade tão rica, a confiança e o carinho de cada companheiro que mesmo estando distante, me informava da situação do Brasil. Obrigada aos amigos da Arca e os amigos franceses pelo bom acolhimento no seu país e pela paciência com o meu pobre francês. Estou a disposição dos companheiros do SERPAJ para partilhar melhor a experiência.

Maria Anália da Silva
João Pessoa-PB

TERRAS INDÍGENAS

1993 é o Ano da Demarcação das Terras Indígenas. É que todas as terras ocupadas pelos índios, devem ser demarcadas até o mês de outubro desse ano. A exigência é da Constituição Federal. 1993 é também o Ano Internacional dos Povos Indígenas, e foi instituído pela ONU (Organização das Nações Unidas). Isto significa que no decorrer do ano várias atividades vão ser realizadas em favor dos índios de todo o mundo.

Mas por que demarcar as terras?

A sobrevivência dos índios depende da garantia de seus territórios tradicionais. É a terra que garante aos povos indígenas a sobrevivência física. Mas não é só isso. A terra é também o suporte da vida social de cada povo, e todo o sistema de crenças e conhecimentos está ligada a ela. Ou seja, além de ser recurso natural, a terra é ainda um recurso sócio-cultural.

O direito à terra foi garantido na atual Constituição graças a uma grande luta dos índios e dos seus aliados durante a Assembleia Nacional Constituinte. Mas apesar do prazo para que todas as terras sejam demarcadas até outubro de 1993, muitos processos de demarcação ficaram parados no governo Collor, que não destinou recursos orçamentários suficientes para a Funai realizar a tarefa. Dos recursos solicitados pela Funai para as demarcações em 1992, só 4,84% foram aprovados pelo Congresso Nacional. Se novamente os parlamentares não preverem recursos para as demarcações em 1993, os povos indígenas correm o risco de não ver cumprido um direito garantido pela Constituição.



MOBILIZAÇÃO INDÍGENA NO CONGRESSO - 1992

Existem 510 áreas indígenas conhecidas em todo o país, que somam aproximadamente 89 milhões de hectares. Desse total, pouco mais da metade encontra-se demarcada. Para cumprir o que diz a Constituição, a Funai deve demarcar 237 áreas em menos de dez meses. Deve-se ressaltar, entretanto, que o direito dos índios sobre suas terras independe da demarcação, pois ele decorre do reconhecimento de sua posse imemorial. Isto é, antes de o Brasil tornar-se um Estado-Nação, os índios já ocupavam essas terras.

Há um outro fato grave: 84% das áreas já demarcadas estão invadidas por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, posseiros e por projetos agrícolas e de colonização. Muitas vezes, as invasões ocorrem com a conivência do governo e de setores militares; os invasores são pessoas e grupos

econômicos interessados nas riquezas das terras indígenas. Além disso, a concentração de terra no Brasil tem feito com que pequenos agricultores também invadam os territórios indígenas.

Tenta-se justificar as invasões afirmando-se que os índios têm terra demais. Nada mais enganoso. Cada povo ocupa a quantidade de terra necessária à sua sobrevivência e reprodução física e cultural. É diferente das quantidades enormes de terra que estão em poder de latifundiários e outros empresários que nada plantam ou produzem. A terra é usada por eles só para a especulação.

Fonte: CIMI

ANO INTERNACIONAL
DOS POVOS INDÍGENAS



SERPAJ

SERVIÇO PAZ E JUSTIÇA

SBS-Ed. Venâncio W
Sala 313
Telefax: (061) 225 8738
70393-900, Brasília, DF

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Maria da Penha Félix; Angela Scanguorling; Norberto Chenini;
Erlando da Silva Rêças; Salvador Pires; Naylah Leite;
Wellington Almeida; Maria Anália da Silva.

REVISÃO JORNALÍSTICA

Ieda Maria Cavalcante

DESENHOS

Maria José do Nascimento
Antônio do Nascimento

APOIO

AEC do Brasil

15 ANOS DE LUTA 15 ANOS DE LUTA

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ/América Latina.
Organismo Consultivo da ONU, Status II do Conselho
Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações
com a UNESCO (Categoria C).

SERPAJ/ARGENTINA
PIEDRAS 730
3347036 (00541)
005413615745
ARGENTINA

Impresso